

A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: REFLEXÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

Fred André António¹
Sinara Mota Neves de Almeida²
Cristiane Jurdênia de Farias³

RESUMO

Incluir remete a real possibilidade da análise das políticas e programas que contribuem para o aumento das pessoas surdas nas instituições de ensino superior, detectando as barreiras que impossibilitam o progresso da acessibilidade. Assim, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre o que dizem as pesquisas relativas à inclusão de surdos no ensino superior em Moçambique, bem como a análise de políticas de acesso e permanência do surdo na educação superior. Metodologicamente, o estudo se orienta pela abordagem qualitativa, caracterizando-se como estudo bibliográfico considerando todos os pontos de vista relevantes sobre a inclusão. O conjunto de dados revelou que a inclusão de surdo no ensino superior moçambicano carece de inúmeras reflexões. A maioria dos estudos priorizam a inclusão voltada ao contexto especial. Urge, portanto, a necessidade de promover uma educação mais inclusiva rompendo práticas discriminatórias e garantir que todos tenham acesso à educação e à igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Inclusão Educacional dos Surdos. Moçambique. Ensino Superior.

THE INCLUSION OF THE DEAF PEOPLE IN HIGHER EDUCATION IN MOZAMBIQUE: REFLECTION ON ACCESSIBILITY

ABSTRACT

Inclusion refers to the real possibility of analyzing policies and programs that contribute to the increase of deaf people in higher education institutions, detecting the obstacles that undermine

¹ ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5769-2851>> Discente do Curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN); Técnico Médio em Informática de Gestão pelo (IMAG-Uíge). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1682995147203627>> E-mail: fredandreantonio18@gmail.com

² ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8183-1636>> Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); coordenadora e Professora Permanente do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (PPGEF UNILAB-IFCE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7517742470581460>> E-mail: sinaramota@unilab.edu.br

³ ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8718-2016>> Mestranda em ensino e Formação Docente-PPGEF/UNILAB-IFCE; especialista em Gestão Escolar com ênfase em Supervisão Escolar- FSB. Licenciada em Língua Portuguesa- UVA; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). Professora da Rede Municipal de Jijoca de Jericoacoara. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6272632299464446>> .E-mail: cristianejfarias@gmail.com

the progress in accessibility. So, the presente study aims to reflect on what shows the research about the inclusion of deaf people in higher education in Mozambique, as well as the analysis of access policies and permanence of the deaf in higher education. Methodologically, the study is guided by the qualitative approach, built as a bibliographical study, considering all the relevant studies about the theme. The data set revealed that the inclusion of deaf people in Mozambican higher education lacks numerous reflections. Most studies prioritize the inclusion in special context. Therefore, there is an urgent need to promote a more inclusive education, breaking discriminatory practices and ensuring that everyone has access to education and equal opportunities.

Keywords: Educational Inclusion of the deaf people; Mozambique; Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

Moçambique é um país localizado na faixa sul-oriental do Continente Africano banhado pelo Oceano Índico a leste e que faz fronteira com a Tanzânia ao norte, Malawi e Zâmbia a noroeste, Zimbábwè a oeste e Suazilândia e África do Sul a sudoeste. O país ocupa uma extensão territorial de cerca de 801.590 km², com uma população estimada de aproximadamente 30.832.244 milhões de habitantes, (INE, 2021). A República de Moçambique é composta por 11 províncias: ao Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula; ao Centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala; ao Sul, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo cidade capital. Da costa para o interior conforme as suas fisionomias, a superfície é dividida em quatro formas de relevo: montanhas, planaltos, planícies e depressões.

Durante aproximadamente quatro séculos, Moçambique foi colônia de Portugal e desempenhou a função de entreposto comercial e de ponto de apoio para os navios com destino ao Oriente. A luta pela liberdade e independência desencadeou um longo período de conflito que durou cerca de 10 anos, tendo conquistado a sua independência em 25 de Junho de 1975, o fruto da Luta Armada, desencadeada pelas Forças da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra o Exército Português. Após a sua independência, Moçambique atravessou um período de conflito civil encerrado em 1992 com o acordo de paz entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o FRELIMO.

Moçambique atravessa um processo de construção social desde a proclamação da sua independência. Porém, a implementação de políticas públicas voltadas para a educação no geral ainda é um desafio para o governo pois segundo Bonde e Matavel (2022) o estado moçambicano enfrenta problemas para o financiamento de sua educação devido à fragilidade econômica de seus respectivos Estados e sua condição pós-colonial.

A proposta de inúmeras reflexões abre espaços para a contextualização das práticas educacionais moçambicanas, tencionando à construção de uma sociedade inclusiva, incitando a promoção de relações sociais mais justas, solidárias sedimentadas na garantia de direitos à educação para todos. Faz-se necessário não apenas garantir o acesso, mas também a permanência de todos os alunos ao ensino superior, com recursos necessários para o pleno aproveitamento caracteriza um ensino universitário como inclusivo. Assim, o presente estudo objetiva conhecer o que dizem as pesquisas sobre a acessibilidade no que tange a inclusão de surdo no ensino superior em Moçambique, compreendendo os períodos relativos aos anos de 2018 a 2022. Metodologicamente, o estudo se orienta pela abordagem qualitativa, caracterizando-se como estudo bibliográfico considerando todos os pontos de vista relevantes sobre a inclusão de surdos no Ensino Superior moçambicano.

A Escolarização do Surdo em Moçambique

Segundo António, Farias e Almeida (2022), na antiguidade, as pessoas que nasciam surdas eram discriminadas, desprezadas e em vários casos, assassinadas. As pessoas pensavam que os surdos eram loucos, sem razão, sem pensamentos e doentes, por isso eram excluídos da sociedade e não tinham condições e nem direito à educação. Os autores afirmam ainda que na medida em que o tempo foi passando o olhar para a surdez sobre a perspectiva clínica foi mudando com diversas reflexões passando assim a enxergar os surdos dentro de uma perspectiva mais cultural do que paradigmaticamente clínica.

Em Moçambique, segundo Bravo e Coelho (2019), a educação de surdos aflorou com a criação de escolas especiais particulares, em 1962, através do Diploma Legislativo nº 2.288, de 25 de setembro de 1962. Para os autores supracitados, com a introdução do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983, o ensino de crianças, jovens e adultos com dificuldades de aprendizagem sofreu mudanças significativas no âmbito educativo, o ensino especial passou a proporcionar uma formação que permitisse a integração destas crianças, jovens e adultos em turmas especiais dentro das escolas regulares.

Em 1992, com a aprovação da Lei n.º 6/1992, de 6 de maio, a Lei do SNE, Moçambique apresentou uma nova visão no que concerne à educação da pessoa com deficiência e/ou pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Esta lei determina a inclusão da pessoa com deficiência e/ou NEE nas escolas regulares, deixando para as escolas especiais, apenas, alunos com deficiência acentuada.

Observa-se então que a escolarização do surdo em Moçambique, remete a uma reflexão ampla sobre a inclusão, pois incluir endereça a criação de estratégias de combate às práticas de exclusão no acesso à educação e no sucesso escolar do surdo. Desde as datas referenciadas acima, o governo moçambicano, através de diversas políticas e práticas de inclusão, vem garantindo a inclusão e a equidade no acesso, a todos os níveis de ensino, promovendo o direito à educação para todos, conforme preconiza a Constituição da República de Moçambique (CRM), no seu inciso 88 garantindo a educação como um direito e dever de cada cidadão, sendo tarefa do Estado promover a extensão da educação à formação profissional e contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

Muengual, Magalhães, Coelho e Gonçalves (2021) destacam que, as políticas educacionais moçambicanas para a área da surdez estão a nível discursivo, fortemente marcadas e enfrentadas pelo termo especial. Ainda para os autores aludidos, as políticas para este setor educacional, as escolas, as turmas em escolas regulares e o tipo de respostas pedagógicas curriculares empreendidas, ainda são pensados dentro do contexto especial.

A escolarização do surdo no geral, constitui um espaço de amplas ponderações, quer sejam no contexto especial ou regular. Para países como Moçambique que vivenciou anos de opressão colonial e um longo período de conflito civil, a educação dos surdos continua sendo um problema, e discussões referentes às necessidades específicas das pessoas surdas e sua inclusão no Ensino Superior, constitui uma temática tênue e que carece de bastante atenção. É interessante olhar para a inclusão como mudança de paradigma educacional, pois conforme destaca Mantoan (2003), a inclusão não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades para aprender, mas todos os demais alunos, incluir implica a criação de políticas de um ensino e aprendizado eficiente para todos.

Observa-se então que no que toca à educação dos surdos é de caráter significativo, atentar-se para os diversos procedimentos entre a inclusão e exclusão, as diferenças, os direitos e as desigualdades. Segundo Silva (2018), para que as escolas se tornem realmente inclusivas terão que adotar estratégias e metodologias de ensino que atendam a todos alunos, o espaço escolar deve ser reorganizado para atender as especificidades dos alunos com deficiência, eliminando as barreiras que impedem a aprendizagem e a socialização.

[...] as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função das necessidades dos alunos (idem). A inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno com deficiência e adaptar

às necessidades do aluno. Esta transformação deve ser profunda e envolver a organização do ensino, desde o projeto pedagógico até a formação continuada de técnicos e professores que atuam nas escolas. (Silva, 2018 p.3).

Para que uma escola seja realmente inclusiva, ela precisa estar dotada de recursos para atender todos os alunos, considerando e se adaptando de acordo as especificidades de cada um deles, e propor a todos a mesma oportunidade de acesso e a adoção de novos paradigmas que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

Acessibilidade e Permanência na Educação Superior

É de conhecimento global, que a educação superior se caracteriza por constituir uma etapa bastante desafiadora dada as demandas complexas. Moehlecke (2007), relata que dificuldades associadas a problemas institucionais como aspectos burocráticos, distâncias entre docentes e discentes, a desilusão do aluno quanto ao que se deseja realmente estudar, acabam desencadeando de forma real o abandono escolar.

O Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020 de Moçambique conceitua a acessibilidade como a real possibilidade de qualquer estudante com o ensino secundário concluído poder matricular-se no ensino superior incluindo as pessoas da comunidade surda, independentemente da capacidade econômica da família. Este plano visa melhorar e assegurar os mecanismos apropriados que facilitem o acesso ao Ensino superior quer sejam pelos estudantes com necessidades especiais, ou não, no quadro das condições de acesso definidas e segundo as vagas existentes no subsistema de Ensino Superior.

Nunes e Silva (2020), destacam que a ampliação das oportunidades de ingresso no ensino superior sem um planejamento estratégico que garanta a permanência reforça a perpetuação das desigualdades, a execução prática do plano estratégico atenuar as problemáticas relacionadas ao mau desempenho acadêmico, e os óbices para a permanência na educação superior.

Importa destacar que o ensino superior em Moçambique é relativamente novo, tendo começado ainda no período colonial, em 1962 e conseqüentemente, questões referentes ao processo de acessibilidade e permanência ao Ensino Superior das pessoas da comunidade surda, demandam discussões recentes e vem sendo objeto de estudo de vários pesquisadores. Ainda de acordo com os autores supraditos, a educação superior nos coloca diante da essencialidade de compreender as vivências e particularidades dos estudantes, para então enxergar suas

necessidades e subsidiar dados informativos sobre a eficácia na prática das políticas educacionais na qualificação dos indivíduos que historicamente foram excluídos dos espaços acadêmicos.

Um dos empecilhos do avanço significativo da inclusão são exatamente questões históricas referentes aos paradigmas intrínsecos à surdez, tais reflexões infelizmente perduram até os tempos atuais. É de inteira responsabilidade do governo moçambicano articular as práticas de políticas educacionais, fundamentando a garantia de direitos e deveres de todos os cidadãos e assegurar iguais oportunidades de acesso e permanência à educação de todos os jovens incluindo os da comunidade surda sem discriminação ou segregação.

Questões referentes a acessibilidades e permanência do surdo nos sistemas educacionais especificamente no Ensino Superior remetem a discussões profundas e abrangem um contexto histórico. Incluir significa garantir o acesso e principalmente a permanência. Mesmo havendo um avanço na legislação moçambicana sobre as políticas educativas, o que se observa, no entanto, é que os programas curriculares atuais ainda se encontram completamente desfasados da realidade surda, e alicerçados na perspectiva ouvintista. Tais ações albergam a inexistência de instrumentos políticos que regulamentem o uso da Língua de Sinais Moçambicanas (LSM), a ausência ou raridade de professores surdos de LSM, de professores ouvintes que dominem a LSM e de intérpretes de LSM, assim como a fraca padronização da LSM podem ou comprometem de forma severa o processo de acesso e principalmente a permanência na educação da população surda.

Desde a mais velha existência, o atendimento, acesso e garantia da educação da pessoa surda nem sempre foram assegurados, porém isso foi mudando com o passar dos tempos, e hoje já se preconiza o acesso à educação para todos com todos os recursos necessários para o pleno aproveitamento de todos os estudantes incluindo os surdos. Porém, faz-se necessário a constante promoção de igualdade em diversos aspectos educacionais, a inserção da LSM como disciplina curricular nos espaços acadêmicos não só para surdos, a preparação dos professores intérpretes para atuarem de forma eficaz nas diversas relações comunicativas entre os surdos e ouvintes.

Sob outra perspectiva, é de caráter significativo que sejam executadas ações que garantem o direito dos alunos surdos à educação através da Língua de Sinais (LS), conforme presa a legislação moçambicana. Como sustenta Leite (2008) a valorização e o reconhecimento da multiculturalidade são o ponto de partida se quisermos uma escola para todos onde o maioritário e os grupos minoritários aprendam a comunicar em situações de igualdade, e onde, por isso não há lugar para silêncios e marginalizações.

A Educação Inclusiva e a Língua de Sinais no Ensino Superior Moçambicano

Para Sanches e Silva (2019), a educação inclusiva procura atender às necessidades dos estudantes surdos, garantindo a sua participação nas diversas situações de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula. Importa salientar que sua escolarização tem sido tema de ponderações e discussões por parte dos educadores em todos os níveis de ensino, por outro lado, observa-se que cabe aos professores das universidades apropriarem-se de conhecimentos específicos de cada educando incluso, para que desta forma, todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos. É de caráter significativo frisar o papel do tradutor intérprete neste processo.

A participação dos surdos nas discussões sociais representou e representa a essência para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais, e isto foi fundamental no reconhecimento da língua de sinais em cada país, após a qual o surdo passa a ter direito linguístico nessa comunidade (Daroque 2011, p.28).

Como já destacado anteriormente, os intérpretes, possuem um papel fundamental no processo de escolarização dos surdos pois no exercício de sua função eles tendem a promover a comunicação e integração entre surdos e ouvintes.

A presença de intérprete na sala de aula é assunto complexo que necessita ser muito bem estruturado dentro da Universidade, mas consideramos que os intérpretes necessitam de uma base de apoio bem estabelecida onde possam colocar suas dúvidas, seus problemas e onde se possam buscar soluções que façam com que as necessidades dos Surdos sejam amplamente contempladas. (Moura; Harrison, 2010, p. 336).

No entanto, observa-se que a atuação destes profissionais desencadeia questões a serem bastante analisadas. Daroque (2011), destaca que a participação eficiente do aluno surdo no curso de graduação depende de modo significativo da atuação de dois profissionais, o intérprete e o coordenador de curso. Sobre o intérprete, o autor ressalta que os professores consideram esse profissional muito importante tanto para a comunicação em aula como para orientações sobre o modo de ensinar, pois embora haja em alguns casos, o despreparo frente aos conteúdos das disciplinas.

Por volta de 1998, Moçambique adaptou a política de educação inclusiva, por intermédio do Projeto-Piloto em cinco províncias, como resposta às orientações da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais de Salamanca em 1994. Ao formalizar a educação inclusiva o Governo de Moçambique mostrou o seu enorme compromisso com o

desiderato de uma escola não excludente e capaz de responder às necessidades educativas de todos os alunos, sejam eles especiais ou não, a partir da escola regular.

Constata-se que discussões relativas à educação inclusiva em Moçambique já perdura a décadas, conjunto de estratégias e materiais foram implementadas para que pudessem atender a diversidade dos alunos em sala de aula, contudo, estudos apontam que apesar das árduas tentativas de inclusão ainda não se alcançou o preconizado pois, para Daroque (2011), muitas tentativas de inclusão vêm sendo praticadas, mas, ao longo dos anos, produziram poucos resultados que realmente possam ser considerados eficazes. Garantir a educação inclusiva especificamente para surdos em qualquer nível de ensino, significa garantir o acesso à educação na sua língua materna e vale salientar ainda o papel do professor neste processo pois, o professor funciona como mediador cultural, usando a língua para animar e ajudar os alunos a aprender.

O processo educacional, em qualquer sociedade, só terá sucesso se for conduzido através de uma língua que o aprendente melhor conheça, respeitando-se deste modo, os pressupostos psicopedagógicos e cognitivos, a preservação da cultura e identidade do aluno e os seus direitos humanos. (Moçambique, 2003, p. 30).

A nível psicopedagógico e cognitivo, o ensino inicial na língua materna é benéfico, pois facilita a interação na sala de aula, visto que o aluno, por conhecer a língua, tem maior facilidade de comunicação. A língua materna determina a identidade do indivíduo e da comunidade linguística a que pertence, a sua preservação e desenvolvimento são vistos como um direito humano (Moçambique, 2003). A educação inclusiva requer de todos nós um esforço no que diz respeito à aprendizagem de todos os estudantes, promovendo o bem-estar académico, emocional e social, favorecendo assim o seu desenvolvimento global (Sanches, 2019).

A luta por um sistema educacional mais inclusivo não é de hoje e nem está perto de terminar, as práticas educativas vão se adaptando de acordo com as diversas variações que a educação proporciona, é de característica excludente classificar um grupo de pessoas surdas sob um ponto de vista clínico, ou delimitá-los dentro de um contexto especial.

Precisamos proporcionar mudanças de padrões e promover o reconhecimento e a necessidade do respeito à particularidade linguística dos surdos e do uso desta língua nos espaços educacionais e, garantir uma educação justa para todos. Importa frisar que o surdo é um cidadão que pode e deve exercer seus direitos e deveres e com as mesmas oportunidades que são dadas aos ouvintes, porque todos são iguais perante a Lei, isso é um direito constitucional.

O Papel da Comunidade Surda no Ensino Superior

Para Daroque (2011) os surdos fazem parte de um grupo linguisticamente minoritário que tem tido um acesso ainda restrito ao Ensino Superior. Ainda para o autor, o número de alunos surdos que conseguem chegar ao Ensino Superior ainda é muito pequeno e está aumentando devido a um movimento social significativo das comunidades surdas, que passaram a se ver também com direitos à educação em sua língua.

Mota (2014), corrobora com a reflexão de Daroque (2011) realçando que atualmente o surdo tem conquistado o seu espaço, mas ainda existem limitações impostas, a exclusão ainda ocorre em um grau bastante elevado, os surdos são ainda considerados muitas vezes como limitados e como fracassados. Verifica-se, no entanto, que os avanços relativos à inclusão do surdo devem-se também aos movimentos de sua comunidade pois, além de garantir o reconhecimento da identidade e cultura surda, ela também é fundamental no que toca ao processo de inclusão educacional e integração social do surdo.

Apesar de inúmeras propostas e movimentações, nota-se que a inclusão, no que se refere ao Ensino Superior e principalmente ao acesso dos surdos a ele, se torna um grande desafio para que as necessidades específicas desses alunos sejam atendidas e para que possamos dizer que a inclusão é realidade. (Daroque, 2011, p.35).

Para António, Farias e Almeida (2022), a inclusão requer uma profunda reflexão sobre as responsabilidades e o papel dos professores e das instituições formadoras como um todo. É importante refletir sobre a Inclusão e o árduo trabalho que os surdos e sua comunidade irão atravessar para que esta prática se torne cada vez mais exequível e que saia do papel para o mundo real, pois dado ao fato da educação de surdos no Ensino superior ser recente e carecendo ainda de diversas ponderações no que tange ao seu ingresso na universidade e como as instituições superiores se articulam para atender as necessidades destes alunos.

É fundamental, que as instituições de ensino superior, estejam munidas de recursos para se adaptar às necessidades específicas de cada aluno. No que diz respeito aos surdos neste árduo processo inclusivo, torna-se indispensável o reconhecimento das especificidades surdas, pois feito isso, estamos garantindo o reconhecimento de uma cultura, uma identidade e grosso modo o respeito a uma comunidade em geral.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, utilizamos a análise bibliográfica dos trabalhos científicos extraídos da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), não encontrados resultados suficientes para dar sequência na nossa pesquisa, optamos por artigos e periódicos de modo a enriquecer o nosso estudo. Segundo Cerro e Bervian (2003, p.65), “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, buscando entrar em diálogo com as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou pesquisa”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a organização dos dados, elegemos duas etapas em que denominamos etapa 1, que compreende a seleção dos estudos como o período de publicação e por título. A etapa 2, compreende a exclusão dos estudos como a duplicação, leitura dos resumos, estudo do tipo revisão da literatura e leitura na íntegra. Para a nossa busca realizadas no SciELO, BDTD e em artigos e periódicos não foram encontrados resultados para a busca: 'Inclusão', 'Surdo', 'Moçambique', 'Ensino Superior, desta feita optamos em uma busca mais ampla que culminou no alcance de resultados que de alguma forma serviram para dar prosseguimento no nosso estudo.

Quadro 1 - Mapeamento de trabalhos extraídos no (SciELO), (BDTD) e de artigos e periódicos. (2018 a 2022).

Descritores: Escolarização, Surdos, Moçambique.		
Título	Tipo - Instituição	Autores, ano
Políticas de Inclusão Escolar e a Escolarização dos Surdos em Moçambique	Artigo-ART-(FACED/RS)	Silva, (2018)

Inclusão Escolar: Um Desafio entre Teoria e Prática Curricular em Moçambique	Artigo-ART- (UP/Nampula)	Sunde, (2018)
Pertinência e Urgência da Língua de Sinais (L1) e do Português (L2/Le) no Currículo dos Alunos Surdos em Moçambique	Artigo-ART- (PUC/SP)	Bravo e Coelho, (2019)
Educação especial em Moçambique: uma análise das políticas públicas 1998-2019	Tese -T- (UFRGS)	Silva, (2021)
Educação de surdos em Moçambique: políticas, práticas pedagógicas e (ex)inclusão no ensino secundário	Artigo-ART- (CIIE, FACED e CIPES)	Muengua, Magalhães, Coelho e Gonçalves, (2021)
Educação inclusiva no ensino superior em Moçambique: contornos, perspectivas e Reflexões	Artigo-ART- (UFG, Goiânia)	Gonçalves, Nandja, Benzane e Teixeira, (2022)

Fonte: Autores (2023).

Para a construção do quadro elegemos três etapas, denominadas etapa 1, que por sua vez compreende a seleção dos estudos como autor, período de publicação, título e tipo/instituição, conforme consta no quadro anterior, a etapa 2 compreende a exclusão dos estudos como a duplicação, leitura dos resumos, estudo do tipo revisão da literatura e leitura na íntegra e, a etapa 3 compreende os resultados explicitados na pesquisa.

Silva (2018), em sua obra reflete sobre as Políticas de Inclusão Escolar e a Escolarização dos Surdos em Moçambique, onde destaca sobre a análise das políticas de inclusão escolar, discutindo até que ponto as políticas de educação inclusiva vigentes no país respondem às necessidades dos alunos surdos.

Por outro lado, Sunde (2018), retrata sobre Inclusão escolar: Um desafio entre Teoria e Prática Curricular em Moçambique, onde analisa promoção da inclusão escolar de crianças portadoras de deficiências a partir de modelos e condições adequadas. Bravo e Coelho (2019), refletem sobre Pertinência e Urgência da Língua de Sinais (L1) e do Português (L2/Le) no currículo dos alunos Surdos em Moçambique, onde objetiva a investigação doutoral, focada num estudo realizado numa escola regular inclusiva de Maputo, incidindo sobre a língua de ensino e de comunicação professor/aluno surdo.

Na sequência, Silva (2021), em sua tese de pós-doutorado, reflete sobre Educação especial em Moçambique: uma análise das políticas públicas 1998-2019, que por sua vez objetiva na análise e configurações das políticas educacionais relativas à educação especial em Moçambique. Muengua, Magalhães, Coelho e Gonçalves (2021), refletem sobre a Educação de Surdos em Moçambique: Políticas práticas pedagógicas e (ex)inclusão no ensino secundário, onde têm como foco a análise das políticas educativas para área da surdez em Moçambique, no período entre 2000-2020. Por fim, Gonçalves, Nandja, Benzane e Teixeira (2022), refletem sobre Educação inclusiva no Ensino Superior em Moçambique: contornos, perspectivas e reflexões, onde objetiva-se analisar questões relacionadas ao campo das políticas públicas e de inclusão e revisar um conjunto de reflexões.

Foram avaliadas várias obras e todas regem a inclusão de surdo dentro do contexto geral e uns dentro de um contexto especial e nenhum deles é voltada especificamente para a inclusão de surdos no ensino superior moçambicano. Nota-se claramente a escassez de trabalhos voltados para esta temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o processo de inclusão de surdo no Ensino Superior moçambicano, abrange todo um contexto histórico desde a era colonial, após-guerra civil, até os tempos atuais. Garantir o direito à escolarização do surdo por intermédio de sua língua materna (L1) é de caráter significativo e inclusivo, e abre a possibilidade de mudanças de uma visão estereotipada centrada propriamente na deficiência e evoluir para uma visão mais cultural e identitária.

A partir dos achados verificou-se que a Língua de Sinais Moçambicana (LSM) é ainda uma língua de uso restrito, abrindo espaço para o não cumprimento e o respeito dos seus direitos linguísticos e conduzindo grosso modo a práticas segregadoras, discriminação e exclusão nos ambientes educativos.

Promover o acesso e permanência do surdo no Ensino Superior é um processo bastante desafiador, tanto para as instituições de Ensino, como para a comunidade surda em geral, as práticas inclusivas precisam ser devidamente articuladas de modo a atender as necessidades educativas de cada estudante. Pois, sabe-se que os estudantes universitários surdos ainda se deparam com enormes dificuldades para se apropriarem dos conteúdos acadêmicos muito pela falta de despreparo profissional dos professores e tradutores intérpretes. Dessa maneira, o estudo evidenciou que é preciso eliminar as barreiras e promover uma educação mais inclusiva rompendo práticas discriminatórias e garantir que todos tenham acesso à educação e à igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, F. A.; FARIAS, C.e J.; ALMEIDA, S. M. N. A Inclusão De Surdos No Ensino Superior: Limites e Possibilidades. **Coleção, Educação, Diversidade e Docência**. Fortaleza | Ceará 2022. Disponível em: <https://www.imprece.com.br/produto/cultura-direitos-humanos-e-inovacao-educacional-dialogos-na-acao-docente/> . Acesso em: 06 mar. 2023.

BAVO, N.; COELHO, O. Pertinência e Urgência da Língua de Sinais (L1) e do Português (L2/Le) no Currículo dos Alunos Surdos em Moçambique. e-ISSN: 1809-3876. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 909-932 jul./set. 2019 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

BONDE, R. A.; MATAVEL, P. A. O Financiamento da Educação em Moçambique e seus Desafios. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e119894, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236119894vs01> Acesso em: 28 mar. 2023.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. Atualizada de acordo com a versão 2000 da NBR 6023. ISBN 85 – 87918 – 15 – X. 2003. 242p

DAROQUE, S. C. **Alunos Surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Piracicaba, SP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188275/DAROQUE%20Samantha%20Camargo%202011%20%28dissertação%29%20UFSCAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FERNANDO, C. T. O Outro Lado da História de Moçambique: Surgimento da RENAMO entre (1977 e 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana. **Revista História em Reflexão**, Vol. 15, N. 29 | jan. a jun. de 2021

GONÇALVES, A. C. P.; NANDJA, A. J.; BENZANE, F. G.; TEIXEIRA, R. A. G. Educação inclusiva no ensino superior em Moçambique: contornos, perspectivas e Reflexões. **Revista UFG**, Goiânia. 2022, v.22: e22.7478. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/74789>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GUEBERT, M. C. C.; RODRIGUES, M. A. Sistema educativo em Moçambique: As Estratégias Internacionais de Inclusão. **RIDH | Bauru**, v. 9, n. 1, p. 255-274, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/download/51/34/40>. Acesso em: 17 jun. 2023.

JANUÁRIO, E. M. **Estudo da Luta de Libertação Nacional de Moçambique**. Rio de Janeiro 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5625/1/MO%206073%20-%20EMÍLIO.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

LEITE, C. A multiculturalidade e a educação intercultural nas políticas educativas e no currículo em Portugal. In: LOPES, Alice; LEITE, Carlinda (Org.). **Políticas Educativas e Dinâmicas Curriculares em Portugal e no Brasil**. Porto: CIE/Livipsic, p. 17-34, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Uma inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna. São Paulo, 2003.

MOÇAMBIQUE. BOLETIM DA REPÚBLICA. I SÉRIE — Número 131. 10 de Julho de 2020.

MOÇAMBIQUE. **Plano Curricular do Ensino Básico. Objetivos, Política, Estrutura, Plano De Estudos e Estratégias De Implementação**. INDE/MINED. Maputo, 2003.

MOEHLECKE, S. **Avaliação institucional no ensino superior: como acompanhar a trajetória dos estudantes de graduação?** UFRJ. (2007). Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/401.pdf. Acesso em 05 mar. 2019.

MOTA, P, R. **Inclusão: o sujeito surdo na sociedade brasileira**. Faculdade Eficaz de Maringá/PR. Publicado em 02 de dezembro de 2014

MOURA, M, C; HARRISON, K. M. P. **A Inclusão do Surdo na Universidade -Mito ou Realidade?** A inclusão do surdo na universidade, 2010.

MUENGUAL, L.; MAGALHÃES, A.; COELHO, O. **Educação de surdos em Moçambique: políticas, práticas pedagógicas e (ex)inclusão no ensino secundário**, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/139235>. Acesso em: 26 abr. 2023

NHAPUALA, G.; ALMEIDA, L. S. Formação de Professores e Inclusão em Moçambique. **Journal of Research in Special Educational Needs** Volume 16 Number s1 2016 520-523

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. **Acesso e Permanência na Educação Superior X Exercício da Maternagem: Entre Trajetórias, Representações e Exigibilidade de Políticas Estudantis**. Direito.UnB | janeiro – abril, 2020, V. 04, N. 1 | ISSN 2357-8009.

PLANO Estratégico do Ensino Superior 2012-2020. Disponível em: <https://www.pmaputo.gov.mz/por/content/download/5532/39794/version/1/file/Plano+Estrategico+do+Ensino+Superior+2012-2020.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023

SANCHES, I. R.; SILVA, P. B. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 32, núm. 1, pp. 155-172. Vol. 32 N.º 1 (2019). Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/374/37460130011/html/>. Acesso em: 28 abr. 2023

SILVA, D. B. M. **Políticas de Inclusão Escolar e a Escolarização dos Surdos em Moçambique**. 2128 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018). Eixo Temático 22 - Educação Especial.

SILVA, D. B. M. **Educação especial em Moçambique: uma análise das políticas públicas 1998-2019**. Tese (Doutorado em Educação) - programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221040/001125546.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24. jun. 2023.

SUNDE, R. **Inclusão Escolar: Um Desafio entre Teoria e Prática Curricular em Moçambique**. Revista Educação Inclusiva - REIN, Campina Grande, PB, vol. 02, num.02, julho/dezembro-2018, p.40-50. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/42>. Acesso em: 20. jun. 2023

TRIANA, B. Colonialismo e Imagem: Memória e(m) contestação nas fotografias de Ricardo Rangel. **Revista Iluminuras** - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS. E-ISSN 1984-119. Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 211-232, jan./jul. 2018.

Recebido em: 30/08/2023

Aceito em: 10/11/2023